

**Luis Fernando de França Romão**

**DECLARAÇÃO DE  
INCONSTITUCIONALIDADE E  
MANIPULAÇÃO DOS EFEITOS  
PARA O FUTURO**

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9648-7**



**Brasil** – R. Flávio Dallegre, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900  
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Romão, Luis Fernando de França.

R761      Declaração de inconstitucionalidade e manipulação  
dos efeitos para o futuro / Luis Fernando de França

Romão - Curitiba: Juruá, 2022.

130p.: il.; 21cm

1. Inconstitucionalidade. 2. Direito constitucional.

I. Título.

---

CDD 342 (22.ed)

CDU 342

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS .....</b>	<b>15</b>
<b>ABREVIATURAS.....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
DELIMITAÇÃO DO OBJETO E COLOCAÇÃO DAS QUESTÕES PROBLEMÁTICAS .....	20
2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	20
3 PLANO DA INVESTIGAÇÃO.....	21
<b>Parte I</b>	
<b>PLANO DA DOGMÁTICA – DIMENSÃO NORMATIVA .....</b>	<b>23</b>
I.1 SANÇÕES DECORRENTES DA INCONSTITUCIONALIDADE E O BINÔMIO NULIDADE/ANULABILIDADE .....	23
I.2 ACEPÇÕES DO DOGMA DA NULIDADE COMO SANÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	40
I.3 VARIABILIDADE OPERATIVA DO REGIME DA NULIDADE ...	41
I.4 ARTIFÍCIOS DOGMÁTICOS E GÊNESE DAS SENTENÇAS MANIPULATIVAS.....	43
I.5 ORIGENS JURÍDICO-HISTÓRICAS DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS EM PORTUGAL E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARTIGO 282º, N. 4, DA CRP .....	45
I.6 COMPARAÇÃO DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL, DA ÁUSTRIA E DO BRASIL: A CIRCULAÇÃO DOUTRINAL DE MODELOS E INSTITUTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS .....	54
I.7 DOUTRINA (MAJORITÁRIA E MINORITÁRIA) E A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL: O ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL ATÉ 2012.....	62

**Parte II****PLANO DA REALIZAÇÃO – DIMENSÃO METODOLÓGICA.....69**

- II.1 ACÓRDÃO 353/2012 DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A MANIPULAÇÃO DOS EFEITOS PARA O FUTURO .....69
- II.2 REAÇÕES DOUTRINÁRIAS: FAVORÁVEIS E CONTRÁRIAS ....74
- II.3 ANÁLISE DOS EFEITOS DAS DECISÕES DE PROVIMENTO EM FISCALIZAÇÃO ABSTRATA SUCESSIVA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL NA ÚLTIMA DÉCADA (2010-2020) .....78

**Parte III****APRECIÇÃO CRÍTICA E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA .....87**

- III.1 AJUSTAMENTO DA DOGMÁTICA E MUTAÇÕES NA SANÇÃO DE NULIDADE .....87
- III.2 DA NECESSIDADE DE SALVAGUARDAR OS EFEITOS FUTUROS DA NORMA INCONSTITUCIONAL E O PROBLEMA DE COMO MANIPULAR ESSA DECLARAÇÃO COM EFEITOS DIFERIDOS.....89
- III.3 A QUESTÃO DA NORMA INCONSTITUCIONAL COM EFEITOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS.....95
- III.4 CONSEQUÊNCIAS DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS *PRO FUTURO* SEM FIXAÇÃO DE PRAZO: O EXEMPLO BRASILEIRO DE ATIVISMO JUDICIAL E INSEGURANÇA JURÍDICA.....98
- III.5 NÃO ADMISSIBILIDADE DE EFEITOS PARA O FUTURO DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL E O ACÓRDÃO 353/2012: EXEMPLO DE SENTENÇA INCONSTITUCIONAL DE MANIPULAÇÃO DE EFEITOS .....103
- III.6 MODULAÇÃO DOS EFEITOS E CONSEQUENCIALISMO NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .....104

**CONCLUSÃO .....109****REFERÊNCIAS.....113****ÍNDICE REMISSIVO .....119**